

O BRASIL QUE EMERGIRÁ DA CRISE

PONTO A PONTO // NELSON BARBOSA

SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA VÊ INFLAÇÃO SOB CONTROLE E JUROS EM QUEDA

Brasil vai crescer 4%

VICENTE NUNES
E RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, está convencido de que o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país, pode e vai crescer 4% neste ano, a despeito de todo o estrago provocado pela crise mundial. "E esse crescimento será possível sem colocar em risco a estabilidade macroeconômica do país. A economia vai se expandir com a inflação sob controle, com as contas externas ajus-

tadas e a relação entre a dívida e o PIB em queda", afirma.

Principal formulador da equipe comandada por Guido Mantega, Barbosa contabiliza, na ponta do lápis, o impacto sobre o PIB das medidas que já foram tomadas pelo governo e das que estão por vir, como o Pacote Nacional de Habitação, que subsidiará moradias para a população de baixa renda. Os investimentos da Petrobras, diz ele, vão garantir 0,3 ponto percentual do PIB. Os gastos adicionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mais 0,2 ponto e o corte do Imposto de Renda às pessoas físicas, outro 0,2. Além disso, haverá o carregamento de 1,2 ponto

percentual do crescimento de 2008 para 2009. E, claro, a queda da taxa básica de juros (Selic), que, no seu entender, começará já neste mês.

Barbosa admite, porém, que, no último trimestre do ano passado, a economia registrou retração de 1% quando comparada aos três meses anteriores. Mas insiste que a economia brasileira está longe de entrar em recessão, mesmo que breve, ao tomar novo tombo entre janeiro e março, como projeta a maior parte dos especialistas. Caso, porém, esse quadro mais pessimista se confirme, a retomada será rápida, já a partir de abril, garantindo o cumprimento da meta de 4% de expansão fixada pelo pre-

sidente Lula e vista como uma questão de honra pela maior parte do governo.

Na visão do secretário, o fato de o Brasil estar discutindo quanto vai crescer em um mundo mergulhado na recessão é o sinal mais positivo do sucesso da política econômica e da responsabilidade com que o país se preparou para enfrentar intempéries. "Antes, o Estado aprofundava as crises. Hoje, está atuando fortemente para atenuá-las", afirma. Para ele, ainda que não esteja imune à crise, a situação do Brasil está tão favorável que, mesmo com o dólar tendo subido mais de 30% no ano passado, há o risco de a inflação ficar abaixo do centro da meta, de 4,5%, em 2009, uma

ajuda e tanto para o Banco Central no manejo da política de juros.

Sobre a economia mundial, Barbosa reconhece que a recuperação, depois do terremoto provocado pelo estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos, não será rápida. Mas quando ela vier, o Brasil será um dos destaques na visão dos investidores pelo pragmatismo com que enfrentou seus problemas. Ele vê um país com maior representatividade no mercado global e assegura que, depois de toda a farrá que se viu nos mercados financeiros, haverá mais e melhor regulação. A seguir, os principais trechos da entrevista que o secretário concedeu ao Correio Braziliense.

NOVO BRASIL

"O Brasil está mais preparado para enfrentar a crise mundial, mas não está imune a ela. Há muito tempo o governo não tinha a autonomia, dada pelas condições macroeconômicas, que tem hoje para administrar uma crise. Antes, o Estado a aprofundava. Hoje, está atuando fortemente para atenuá-la e vem conseguindo. Essa é a grande novidade. A política macroeconômica brasileira é mais pragmática. Queremos controlar a inflação, mantê-la dentro da meta (4,5%, com variação de dois pontos percentuais para baixo ou para cima), mas com crescimento econômico elevado. Os números mostram que temos conseguido isso. A arte é balancear as políticas para manter a inflação baixa e fazer a economia crescer."

PIB DE 4%

"A crise mudou o ritmo de crescimento do mundo e do Brasil. Antes, já trabalhávamos com uma desaceleração do ritmo de expansão do PIB. Esperávamos 4,5%. Agora, a meta é 4%, e vamos cumpri-la, sem colocar em risco a estabilidade macroeconômica. Em 2008, devemos ter crescido 5,5%. As previsões de crescimento para o país abaixo de 3% são baseadas em um cenário mundial muito ruim, que não leva em consideração os impactos fiscais e monetários das medidas que os governos tomaram para combater a crise. Tudo o que foi feito atenuará um pouco a desaceleração econômica mundial, o que ajudará também o Brasil."

PAC ACELERADO

"Crescer a 4% só depende da gente. Vamos acelerar as obras do PAC, cortar gastos de custeio. Os investimentos da Petrobras também ajudarão. Sozinha, a estatal já dá um impulso de 0,3 ponto percentual no crescimento do PIB. Os gastos adicionais do PAC contribuirão com mais 0,2 ponto e a redução do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), com outro 0,2. O carregamento do crescimento de 2008 para 2009 será mais ou menos de 1,2 ponto do PIB. O consumo continuará se expandindo e ainda virão novas medidas para incentivar a construção civil, setor importante para a formação bruta de capital fixo (investimentos). Tudo isso junto dá os 4% fixados como meta, que não compromete a inflação, o balanço de pagamentos ou a situação fiscal."

AÇÕES EMERGENCIAIS

"Na primeira fase do combate à crise, adotamos ações

Roosevelt Pinheiro/ABR - 28/3/08



“ ESSE CRESCIMENTO SERÁ POSSÍVEL SEM COLOCAR EM RISCO A ESTABILIDADE MACROECONÔMICA DO PAÍS ”

emergenciais, que batem primeiro nos setores intensivos em crédito, como agricultura, exportações, bens duráveis e construção. Tomamos medidas para irrigar esses mercados e evitar que a falta de crédito se alastrasse e continuasse a prejudicar as empresas. O governo entrou para suprir temporariamente essa falta de crédito e, na medida do possível, conseguimos superar as dificuldades. Diferentemente dos Estados Unidos, onde o governo enfiou direto dinheiro na economia e no sistema financeiro, aqui suprimos o sistema por meio dos bancos públicos da liberação de quase R\$ 100 bilhões em depósitos compulsórios que estavam com o Banco Central. Não tivemos que colocar dinheiro do Tesouro."

SEM RECESSÃO

"O PIB deve ter encolhido 1% no quarto trimestre de 2008 em relação ao terceiro trimestre, com crescimento de 3,5% frente ao mesmo período de 2007. O que vai acontecer no primeiro semestre de 2009 ainda é uma incógnita muito grande. Mas, de qualquer maneira, não esperamos recessão. Acreditamos em uma estabilização nesses primeiros meses e a retomada do crescimento num ritmo mais forte ainda no segundo trimestre do ano."

INFLAÇÃO NA META

"A inflação está caindo e vai continuar em queda, podendo ficar abaixo do centro da meta em 2009. A tendência da inflação é de cair, mesmo com o aumento do

dólar. A forte queda dos preços das commodities (mercadorias com cotação internacional, que representam a maior parte da pauta de exportações brasileiras) estão mais do que compensando a valorização do dólar. Além disso, a desaceleração da economia tende a conter qualquer tentativa de repasses de custos para os preços."

O DÓLAR BOM

"Temos conseguido manter o câmbio flutuante ao mesmo tempo em que acumulamos reservas. Nisso, o Brasil foi favorecido porque soubemos aproveitar os preços altos das commodities. Na área fiscal, quando o dólar sobe, a dívida cai, diferentemente do que ocorria antes. Ou seja, o dólar subiu mais de 30% em 2008 e o Estado não quebrou.

Pelo contrário, está atenuando os efeitos da crise."

IMPORTAÇÕES

"O déficit da conta corrente (transações do país com o exterior) deve ter ficado entre US\$ 25 bilhões e US\$ 30 bilhões em 2008. Neste ano, será menor do que isso. Se as exportações diminuirão, os gastos com a importação de petróleo também cairão, assim como as compras de bens de capital (máquinas e equipamentos), porque há adiamento de projetos de investimentos. Há outro ponto: as importações continuarão contribuindo negativamente para a formação do PIB, mas num ritmo menor. Hoje, elas tiram 2,7 pontos percentuais do PIB. Agora, reduzirão o Produto em 1,7 ponto, o que ajudará

para que se atinjam os 4% de crescimento em 2009.

MENOS CAPITAIS

"Se tivermos problemas no balanço de pagamentos com o exterior, não será na conta corrente e, sim, na conta financeira, por causa dos mercados de capitais — ou de ações, mais precisamente. Mas não vejo grande risco de fuga de recursos do país ao longo deste ano. Acredito que, apesar de todo o estrago da crise, haverá entrada líquida de capitais no Brasil, mas é óbvio que em um ritmo menor."

SUPERÁVIT MENOR

"Na área fiscal, o superávit primário de 3,8% do PIB pode cair para 3,3% neste ano caso todos os investimentos do PPI sejam feitos. Mesmo assim, a dívida líquida como proporção do PIB continuará diminuindo. Nossa projeção é de que a dívida tenha fechado 2008 em 36,6% do PIB e baixe para 36,2% em 2009, sem levar em conta o processo de redução da taxa básica de juros (Selic), que deve começar agora em janeiro."

RESPONSABILIDADE

"O país vai sair da crise muito bem posicionado para receber grandes investimentos. O mercado doméstico é grande e as reservas de petróleo na camada pré-sal nos dão uma segurança de 10, 20 anos. O Brasil é uma sociedade democrática, com instituições sólidas, e isso faz muita diferença. O país está menos vulnerável externamente e tem crescido a uma taxa bem maior do que no passado. Passamos da fase de estabilização e, agora, estamos na fase de crescimento responsável, com melhora na situação fiscal. Mas é claro que ainda há uma agenda de longo prazo, com as reformas tributária, previdenciária e a questão da educação e saúde. É uma agenda que o país vai ter que enfrentar, mas terá condições mais tranquilas para discutir esses assuntos de fundo."

MAIS REGULAÇÃO

"O Brasil já é mais ouvido no cenário mundial, reflexo do próprio peso de sua economia. Tanto que lideramos mudanças importantes nos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), que estão se adaptando à nova realidade. Acredito que uma nova arquitetura financeira ainda vai demorar um pouco para surgir. Mas é certo que, nessa nova configuração, haverá mais e melhor regulação. A postura dos governos será mais pragmática e menos ideológica."